



# LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.

CNPJ nº 13.227.009/0001-81

## Relatório da administração (Em milhares de reais)

**1. Mensagem da administração:** A administração da Linha de Transmissão Corumbá S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Linha de Transmissão Corumbá S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 24 de janeiro de 2011 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém - PA. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício:** (a) **Receta Anual Permissão (RAP)** - A RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 38.393, um incremento de 3,7% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 de R\$ 37.018, decorrente do reajuste pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). (b) **Dividendos** - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia pagou o montante de R\$ 24.192 de dividendos para a Celeo Redes Brasil S.A. (c) **Disponibilidade da linha de transmissão** - A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2024 e 2023 foi de 99,99% e 99,98%, respectivamente. (d) **Pagamento de principal e juros de financiamento** - Durante o exercício findo em 2024 foram pagos R\$ 6.284 de principal e R\$ 1.854 de juros. (e) **Auditores independentes** - A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 101. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria. A contratação dos auditores independentes é de competência do Acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. (a) **Diretoria** - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. (b) **Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal não é permanente e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

| Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais) |        |                |                | Demonstrações do resultado                       |        |                |                |
|--|--------|----------------|----------------|--|--------|----------------|----------------|
|  | Nota   | 2024           | 2023           |  | Nota   | 2024           | 2023           |
| Caixa e equivalentes de caixa                                    |        | 811            | 821            | Fornecedores                                     |        | 1.025          | 912            |
| Títulos e valores mobiliários                                    | 8 (i)  | 5.530          | 9.736          | Financiamento                                    | 11     | 6.380          | 6.353          |
| Concessionárias e permissionárias                                | 9      | 3.608          | 3.408          | Salários e encargos a pagar                      |        | 394            | 367            |
| Ativo de contrato  | 10     | 28.685         | 27.450         | Imposto de renda e contribuição social a reco-   |        |                |                |
| Outros ativos  |        | 1.483          | 1.387          | lher   | 12     | 13.950         | 11.499         |
| <b>Total do ativo circulante</b>                                 |        | <b>40.117</b>  | <b>42.802</b>  | Outros impostos e contribuições a recolher       |        | 98             | 214            |
| Títulos e valores mobiliários                                    | 8 (ii) | 2.890          | 2.652          | Pis e Cofins diferidos                           | 13     | 991            | 949            |
| Ativo de contrato  | 10     | 281.162        | 278.786        | Dividendos                                       | 21 (c) | 6.533          | 6.048          |
| <b>Total do realizável a longo prazo</b>                         |        | <b>284.052</b> | <b>281.438</b> | Encargos setoriais                               |        | 1.403          | 1.320          |
| Imobilizado  |        | 768            | 773            | Outros passivos                                  |        | 553            | 865            |
| <b>Total do imobilizado</b>                                      |        | <b>768</b>     | <b>773</b>     | <b>Total do passivo circulante</b>               |        | <b>31.327</b>  | <b>28.527</b>  |
| <b>Total do ativo não circulante</b>                             |        | <b>284.820</b> | <b>282.211</b> | Financiamento                                    | 11     | 13.158         | 19.310         |
| <b>Total do ativo</b>  |        | <b>324.937</b> | <b>325.013</b> | Pis e Cofins diferidos                           | 13     | 9.952          | 9.898          |
|  |        |                |                | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14     | 33.241         | 32.848         |
|  |        |                |                | <b>Total do passivo não circulante</b>           |        | <b>56.351</b>  | <b>62.056</b>  |
|  |        |                |                | <b>Total dos passivos</b>                        |        | <b>87.678</b>  | <b>90.583</b>  |
|  |        |                |                | Capital social                                   | 16 (a) | 147.000        | 147.000        |
|  |        |                |                | Reserva de lucros                                | 16 (b) | 90.259         | 87.430         |
|  |        |                |                | <b>Total do patrimônio líquido</b>               |        | <b>237.259</b> | <b>234.430</b> |
|  |        |                |                | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>     |        | <b>324.937</b> | <b>325.013</b> |

| Demonstrações do resultado abrangente                      |      |               |               | Demonstrações dos fluxos de caixa                                   |        |                 |                 |
|--|------|---------------|---------------|---|--------|-----------------|-----------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais) |      |               |               | Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)          |        |                 |                 |
|  | Nota | 2024          | 2023          |   | Nota   | 2024            | 2023            |
| Lucro líquido do exercício                                 |      | 27.506        | 25.465        | Fluxo de caixa das atividades operacionais                          |        | 27.506          | 25.465          |
| Outros resultados abrangentes                              |      | -             | -             | Lucro líquido do exercício  |        | 27.506          | 25.465          |
| <b>Resultado abrangente total do exercício</b>             |      | <b>27.506</b> | <b>25.465</b> | Ajustes para:   |        |                 |                 |
|  |      |               |               | - Imposto de renda e contribuição social diferidos                  |        | 393             | 477             |
|  |      |               |               | - Imposto de renda e contribuição social correntes                  |        | 4.145           | 3.961           |
|  |      |               |               | - Provisão para perda de crédito esperada                           | 9      | 44              | 237             |
|  |      |               |               | - Pis e Cofins diferidos  | 13     | 97              | 129             |
|  |      |               |               | - Títulos e valores mobiliários - rendimentos                       |        | (1.419)         | (1.147)         |
|  |      |               |               | - Juros e correção monetária sobre financiamento                    | 11     | 2.013           | 2.672           |
|  |      |               |               | - Depreciação   |        | 5               | -               |
|  |      |               |               | - Ativo de contrato - remuneração                                   | 10     | (31.061)        | (30.669)        |
|  |      |               |               | <b>Variáveis em:</b>  |        | <b>1.635</b>    | <b>1.125</b>    |
|  |      |               |               | - Concessionárias e permissionárias                                 | 9      | (156)           | (353)           |
|  |      |               |               | - Ativo de contrato   | 10     | 27.450          | 26.285          |
|  |      |               |               | - Outros ativos   |        | (96)            | (665)           |
|  |      |               |               | - Fornecedores  |        | 113             | (117)           |
|  |      |               |               | - Imposto de renda e contribuição social a recolher                 |        | (326)           | (234)           |
|  |      |               |               | - Outros impostos e contribuições a recolher                        |        | (116)           | 138             |
|  |      |               |               | - Salários a pagar  |        | 27              | 61              |
|  |      |               |               | - Encargos setoriais  |        | 83              | 254             |
|  |      |               |               | - Outros passivos   |        | (314)           | 566             |
|  |      |               |               | <b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>                   |        | <b>28.300</b>   | <b>27.600</b>   |
|  |      |               |               | Impostos pagos sobre a receita tributável                           |        | (1.368)         | (1.273)         |
|  |      |               |               | Financiamento - pagamento de juros                                  | 11     | (1.854)         | (2.357)         |
|  |      |               |               | <b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>             |        | <b>25.078</b>   | <b>23.430</b>   |
|  |      |               |               | <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>                |        |                 |                 |
|  |      |               |               | Títulos e valores mobiliários - aplicações                          |        | (27.913)        | (28.977)        |
|  |      |               |               | Títulos e valores mobiliários - resgates                            |        | 33.301          | 24.473          |
|  |      |               |               | Imobilizado   |        | -               | 15              |
|  |      |               |               | <b>Caixa proveniente (utilizado) das atividades de investimento</b> |        | <b>5.388</b>    | <b>(4.489)</b>  |
|  |      |               |               | <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>               |        |                 |                 |
|  |      |               |               | Pagamento de dividendos   | 21 (c) | (24.192)        | (10.328)        |
|  |      |               |               | Financiamento - pagamento de principal                              | 11     | (6.284)         | (7.906)         |
|  |      |               |               | <b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento</b>     |        | <b>(30.476)</b> | <b>(18.234)</b> |
|  |      |               |               | <b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>   |        | <b>(10)</b>     | <b>707</b>      |
|  |      |               |               | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício                |        | 821             | 114             |
|  |      |               |               | <b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>              |        | <b>811</b>      | <b>821</b>      |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional:** A Linha de Transmissão Corumbá S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 24 de janeiro de 2011 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém - PA. A Companhia tem por objeto social exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (A Companhia) tem como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pela Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 295 km, origem na Subestação Anastácio e término na Subestação Corumbá; e pela Subestação Corumbá, 230/138 kV, 2x100 MVA; Entradas de linha, Interligação de Barras, reator de linha, reator de barra, compensado estático, conexões de transformadores, reatores e de compensado estático, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no estado do Mato Grosso do Sul. O Contrato foi assinado no dia 16 de junho de 2011 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 16 de junho de 2041. A Companhia entrou em operação comercial em setembro de 2013. **1.2 Receta Anual Permissão (RAP)** - A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 38.393 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023, em R\$ 37.018 para o ciclo 2023-2024). Um aumento aproximado de 3,7%, decorrente, principalmente, do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no ciclo 2016-2017 e a segunda ocorreu no ciclo 2021-2022. As próximas revisões estão previstas para ocorrerem nos ciclos de 2026-2027, 2031-2032 e 2036-2037. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 06 de março de 2025. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real Brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.4), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 23) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 15). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não tiveram impacto.

| Norma   | Vigência   |
|---|------------|
| Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Alterações ao CPC 26/IAS 1 |            |
| Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior - Alterações ao CPC 06/IFRS 16  | 01/01/2024 |
| Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7   |            |

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante** - Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento. **6.2 Instrumentos financeiros - (a) Classificação e mensuração** - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) **Custo amortizado** - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de

recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seja imaterial. (ii) **VJR** - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados ao reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. (b) **Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros** - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração, (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **6.3 Ativo de contrato** - Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. **Reconhecimento de receita de construção** - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é de 17% e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. **Reconhecimento da receita de operação e manutenção** - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. iii. **Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido** - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto (entre 10% e 12%) definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **6.4 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (a) **Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (b) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos** - O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas vigentes na data de apresentação dessas demonstrações financeiras. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar. **6.5 Receitas e despesas financeiras** - A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

|         | 2024          | 2023 |
|---------|---------------|------|
| Em 2026 | 6.315         |      |
| Em 2027 | 6.315         |      |
| Em 2028 | 528           |      |
|         | <b>13.158</b> |      |



Continuação...



## LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.

CNPJ nº 13.227.009/0001-81

**iv. Cláusulas restritivas** - O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (covenants) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, ou constituição de garantias de qualquer espécie sem que as mesmas garantias e em iguais condições sejam oferecidas ao BNDES, e (ii) concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissões de debêntures ou emissão de novas dívidas; (b) não realizar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio, cujo valor isoladamente ou em conjunto supere 25% do lucro líquido ajustado, salvo se verificado cumulativamente (i) o atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), (ii) a manutenção da capacidade da Companhia em cumprir com suas obrigações, e (iii) estar a Companhia adimplente com todas as obrigações do Contrato de Financiamento; (c) não receber a outorga de outra concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica que não seja relacionada ao Contrato de Concessão 005/2011-ANEEL, e (d) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

| v. Composição do endividamento e da dívida líquida          | 2024          | 2023          |
|---|---------------|---------------|
| <b>Dívida bruta</b>   |               |               |
| Financiamento   | 19.538        | 25.663        |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa e TVM</b>                  |               |               |
| Conta corrente  | 811           | 821           |
| CDI   | 5.530         | 9.736         |
| Fundo de Investimento                                       | 2.890         | 2.652         |
| <b>Dívida líquida</b>                                       | <b>10.307</b> | <b>12.454</b> |
| <b>12 Imposto de renda e contribuição social a recolher</b> |               |               |
| Imposto de renda  | 10.840        | 8.947         |
| Contribuição social   | 3.110         | 2.552         |
|   | <b>13.950</b> | <b>11.499</b> |
| <b>13 PIS e COFINS diferidos</b>                            |               |               |
| PIS   | 1.949         | 1.932         |
| COFINS  | 8.994         | 8.915         |
|   | <b>10.943</b> | <b>10.847</b> |

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir.

|  | 2024          | 2023          |
|--|---------------|---------------|
| Circulante   | 991           | 949           |
| Não circulante   | 9.952         | 9.898         |
|  | <b>10.943</b> | <b>10.847</b> |
| <b>14 Imposto de renda e contribuição social diferidos</b> |               |               |
| Imposto de renda   | 24.442        | 24.153        |
| Contribuição social  | 8.799         | 8.695         |
|  | <b>33.241</b> | <b>32.848</b> |

Os valores apresentados são apurados sobre o ativo do contrato. **15 Contingências:** A Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

|                              | 2024         | 2023         |
|------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Passivos contingentes</b> |              |              |
| Cível                        | 1.430        | 2.298        |
|                              | <b>1.430</b> | <b>2.298</b> |

**i. Desconto de parcela variável** - A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável. O processo foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possui processos com chances prováveis de perda. **16 Patrimônio líquido:** (a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 147.000 dividido em 147.000.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada. (b) **Reserva de lucros - i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 1.375 e R\$ 1.273, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 27 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 5.000 como dividendos adicionais. **iii. Dividendo adicional proposto** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 19.598 e R\$ 18.144. (c) **Dividendos mínimos obrigatórios** - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 6.533 e R\$ 6.048, respectivamente.

| 17 Receita operacional líquida   | 2024           | 2023           |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Remuneração do ativo             | 31.061         | 30.689         |
| Ganho na RAP                     | 6.193          | 6.044          |
| Receita de operação e manutenção | 5.523          | 5.285          |
| Parcela variável                 | -              | (47)           |
| <b>Receita bruta</b>             | <b>42.777</b>  | <b>41.951</b>  |
| Pis e Cofins correntes           | (1.423)        | (1.385)        |
| Pis e Cofins diferidos           | (97)           | (129)          |
| Encargos setoriais               | (1.472)        | (1.430)        |
| <b>Deduções da receita</b>       | <b>(2.992)</b> | <b>(2.944)</b> |
|                                  | <b>39.785</b>  | <b>39.007</b>  |

(i) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada. (ii) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

|   | 2024           | 2023           |
|---|----------------|----------------|
| Reserva global de reversão (RGR)                    | (960)          | (934)          |
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D)                    | (364)          | (352)          |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE) | (148)          | (144)          |
|   | <b>(1.472)</b> | <b>(1.430)</b> |

| 18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas | 2024           | 2023           |
|--|----------------|----------------|
| <b>(a) Custos operacionais</b>                             |                |                |
| Pessoal  | (1.854)        | (1.572)        |
| Serviço de operação e manutenção                           | (i) (1.104)    | (1.058)        |
| Manutenção de subestação                                   | (ii) (983)     | (1.718)        |
| Viagem e hospedagem  | (230)          | (155)          |
| Vigilância e segurança                                     | (203)          | (282)          |
| Consultoria técnica  | (153)          | (40)           |
| Material   | (134)          | (124)          |
| Manutenção de faixa  | (6)            | (8)            |
| Outros   | (849)          | (700)          |
|  | <b>(5.560)</b> | <b>(5.658)</b> |

(i) Refere-se a prestação de serviços para operação e manutenção das instalações de transmissão realizadas pela Celeo, veja nota explicativa 22 (a). (ii) A redução observada no exercício refere-se, principalmente ao remanejamento de torre no montante de R\$ 755 ocorrido no exercício findo em 2023.

| (b) Despesas gerais e administrativas | 2024           | 2023           |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Prestação de serviços administrativos | (i) (1.072)    | (1.072)        |
| Consultorias                          | (131)          | (132)          |
| Pessoal                               | (14)           | (9)            |
| Diversos                              | (34)           | (65)           |
|                                       | <b>(1.251)</b> | <b>(1.278)</b> |

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, veja nota explicativa 22 (a).

| 19 Resultado financeiro            | 2024           | 2023           |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Rendimento de aplicação financeira | 1.419          | 1.105          |
| Outras receitas                    | 4              | 45             |
| <b>Receitas financeiras</b>        | <b>1.423</b>   | <b>1.150</b>   |
| Juros - financiamento              | (2.013)        | (2.672)        |
| Outras despesas                    | (340)          | (373)          |
| <b>Despesas financeiras</b>        | <b>(2.353)</b> | <b>(3.045)</b> |
|                                    | <b>(930)</b>   | <b>(1.895)</b> |

| 20 Imposto de renda e contribuição social | 2024           |                | 2023           |                |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
|   | IRPJ           | CSLL           | IRPJ           | CSLL           |
| Remuneração do ativo e ganho na RAP       | 37.254         | 37.254         | 30.908         | 30.908         |
| Percentual de presunção                   | 32%            | 32%            | 32%            | 32%            |
| Base de cálculo da receita                | 11.921         | 11.921         | 9.891          | 9.891          |
| Receita de O&M                            | 5.523          | 5.523          | 7.046          | 7.046          |
| Percentual de presunção                   | 8%             | 12%            | 8%             | 12%            |
| Base de cálculo da receita de O&M         | 442            | 663            | 564            | 845            |
| Receitas financeiras                      | 1.423          | 1.423          | 1.191          | 1.191          |
| Alíquota vigente                          | 25%            | 9%             | 25%            | 9%             |
| <b>Imposto corrente</b>                   | <b>(3.032)</b> | <b>(1.113)</b> | <b>(2.887)</b> | <b>(1.073)</b> |
| Diferenças temporárias                    | (289)          | (104)          | (351)          | (126)          |
| <b>Imposto diferido</b>                   | <b>(289)</b>   | <b>(104)</b>   | <b>(351)</b>   | <b>(126)</b>   |

**21 Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais**

|                      | 2024    |           | 2023    |            |
|----------------------|---------|-----------|---------|------------|
|                      | Passivo | Resultado | Passivo | Resultado  |
| Celeo (i) Backoffice | 5 anos  | 2024      | -       | (1.072)    |
| Celeo (ii) O&M       | 5 anos  | 2026      | 175     | 89 (1.104) |

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "serviços de terceiros - despesas operacionais"; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "serviços de terceiros - custos operacionais". **(b) Remuneração da administração** - Em 31 de dezembro 2024 e 2023 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.

| (c) Dividendos                               | 2024         | 2023         |
|--|--------------|--------------|
| Em 31 de dezembro de 2023 e 2022             | 6.048        | 5.328        |
| Dividendos onuidos das reservas de lucros    | 18.144       | 5.000        |
| Pagamento de dividendos                      | (24.192)     | (10.328)     |
| Constituição dividendos mínimos obrigatórios | 6.533        | 6.048        |
| <b>Em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>      | <b>6.533</b> | <b>6.048</b> |

**22 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas** - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda, observadas as condições do Contrato de Concessão e do Contrato de Financiamento, a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactam as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. Atualmente o financiamento da Companhia é indexado à TJLP, cuja variação está atrelada às metas de inflação, e a Receita do Contrato de Concessão é reajustada pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito

refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao equilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descalamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e tem como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

|                      | Risco           |         |       | Cenários |      |       |
|----------------------|-----------------|---------|-------|----------|------|-------|
|                      |                 | (i)     | (ii)  | (i)      | (ii) | (iii) |
| Aplicação financeira | Redução do CDI  | (1.010) | (758) | (505)    |      |       |
| Financiamento        | Aumento da TJLP | 1.452   | 1.815 | 2.178    |      |       |

\*Fonte: O CDI para o cenário provável (12%) foi considerada conforme relatório Focus de 3 de janeiro de 2025. A TJLP para o cenário provável (7,43%) foi considerada conforme relatório de mercado de dezembro de 2024. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

|                                   | 2024             |          | 2023             |               |
|-----------------------------------|------------------|----------|------------------|---------------|
| Hierarquia do valor justo         | Custo amortizado | VJR      | Custo amortizado | VJR           |
| Caixa e equivalente de caixa      | 811              | -        | 821              | -             |
| Títulos e valores mobiliários     | 8                | Nível II | -                | 12.389        |
| Concessionárias e permissionárias | 9                |          | 3.608            | -             |
| <b>Ativos</b>                     |                  |          | <b>4.419</b>     | <b>8.420</b>  |
| Financiamentos                    | 11               |          | 1.025            | 912           |
| Financiamento                     |                  |          | 19.538           | 25.663        |
| <b>Passivos</b>                   |                  |          | <b>20.563</b>    | <b>26.575</b> |

**(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)** - A Administração considera que o valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos nestas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI, e (iii) não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **23 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

|                        | Data de vigência        | Importância segura |
|------------------------|-------------------------|--------------------|
| Risco operacional      | 30.06.2024 a 30.06.2025 | 81.945             |
| Responsabilidade civil | 30.06.2024 a 30.06.2025 | 20.000             |
| D&O                    | 30.06.2024 a 30.06.2025 | 50.000             |

**José Mauricio Scovino de Souza** - Diretor Técnico  
**Marcus Hansen Balata** - Diretor Financeiro  
**Bruno Marcell S. M. Melo** - Contador CRC-RJ 11193/O-8

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas da Linha de Transmissão Corumbá S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Linha de Transmissão Corumbá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha de Transmissão Corumbá S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores da auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2025  
**KPMG**  
**KPMG Auditores Independentes Ltda.** - Milena dos Santos Rosa  
CRC SP-014428/O6 F-RJ - Contadora CRC RJ-100983/O-7